

PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



Rita Maria Fernandes Leal Moreira Cacemiro
Orientador: prof. Dr Edmar Reis Thiengo

Rita Maria Fernandes Leal Moreira Cacemiro

Orientador: Prof. Dr Edmar Reis Thiengo



FACULDADE VALE DO CRICARÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO – MESTRADO PROFISSIONAL

PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



São Mateus - ES

2021



SUMÁRIO

01	APRESENTAÇÃO	05
02	INCLUSÃO COMO PRÁTICA DOCENTE	07
03	FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	12
04	PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA	17
05	CONCRETIZAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA	23
06	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
07	REFERÊNCIAS	32



The number '01' is rendered in a large, white, sans-serif font. The '0' is partially filled with a cluster of colorful hands in shades of red, orange, yellow, green, and blue. The '1' is a solid white vertical bar.

01 APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Este produto educacional é resultado da pesquisa intitulada “Atendimento Educacional Especializado sob a ótica dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental”, desenvolvida no Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional, da Faculdade Vale do Cricaré (FVC).

O tema central da pesquisa é à inclusão escolar e o trabalho entre profissionais que atuam diretamente no processo escolarização dos alunos público-alvo da educação especial. O objetivo principal foi compreender a percepção dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental sobre o trabalho pedagógico desenvolvido no Atendimento Educacional Especializado. O foco do estudo advém de inquietações oriundas do trabalho como docente atuante na modalidade da Educação Especial.

Como um dos objetivos apresentados na pesquisa seria a elaboração e o desenvolvimento de um processo de formação continuada inspirado na perspectiva da educação inclusiva, a qual Mantoan referencia como “Na base de tudo está o princípio democrático da educação para todos, e que só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, e não apenas em alguns deles (os com deficiência)” (2003, p. 57, grifos da autora).

Os estudos realizados nessa pesquisa ressaltaram a necessidade de promover capacitações para os docentes, visando uma legítima inclusão, o que ficou evidenciado nas observações feitas das análises resultantes. Ficou evidente também a necessidade de promover formações e, assim, por meio delas, os docentes possam ampliar os conhecimentos necessários, para que a prática pedagógica em conjunto com os profissionais de apoio da educação especial e equipe pedagógica favoreça a aprendizagem, com a construção efetiva de conhecimentos para além da escola.

Nesse contexto, este produto final tem como foco a formação continuada em serviço, desenvolvendo processos em contexto da prática profissional com o intuito de compreender os pressupostos do atendimento educacional especializado como ação pedagógica em Educação Especial e temáticas relacionadas à escolarização dos alunos.





INCLUSÃO COMO PRÁTICA DOCENTE

2. INCLUSÃO COMO PRÁTICA DOCENTE

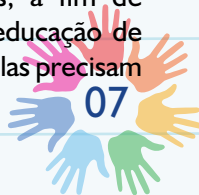
A Educação Especial e Inclusiva tem sido tema recorrente em pesquisas brasileiras e figura em ações de políticas públicas educacionais, devido à urgência de conhecer a temática e a emergência de implantar programas envolvendo a acessibilidade, o currículo, as práticas pedagógicas no cotidiano das escolas públicas e privadas de todo o Brasil. Essas e outras bonanças visam à inclusão da pessoa com deficiência, para que ela possa atuar de maneira autônoma, reflexiva, crítica, em resumo, plena na sociedade.

A proposta de inclusão escolar das pessoas com deficiência na escola comum da rede regular de ensino vem estimulando os educadores a pensar, refletir, investigar e questionar a realidade atual, além de trazer inquietações devido às lacunas nos processos de capacitação e formação para trabalhar com os alunos dentro da heterogeneidade. Desse modo, a sociedade é guiada pelos princípios da identidade e da igualdade de condições, mas se torna excludente pelo princípio da diversidade. Resta, então, dialogar e compartilhar experiências que envolvam a temática da educação especial, para que todas as lacunas sejam preenchidas.

Na atual perspectiva da educação inclusiva, almeja-se que o aluno inserido ingresse na escola comum e que nela permaneça com igualdade de oportunidades, para que assim possa desenvolver-se como os demais alunos que compõem a escola do século XXI (ANTUNES, RECH e ÁVILA, 2016, p. 173).

Como descrito por Mantoan (2003, p.53), “Incluir é necessário, primordialmente, para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras”. Contudo, dificuldades de locomoção, expressão e comunicação são alguns dos obstáculos encontrados pelas pessoas com deficiência que afetam diretamente sua qualidade de vida, convívio social, rotina escolar, desenvolvimento pessoal e profissional. É importante destacar que essas pessoas têm o direito de ingressar em diversos ambientes sociais e de frequentar a escola, assim como as outras crianças sem deficiência.

Para Mantoan (2006, p.23), os “espaços educacionais não podem continuar sendo lugares da discriminação”. Sendo assim, o principal desafio para a equipe escolar é compreender as barreiras de aprendizagem dos alunos, a fim de proporcionar educação a todos de forma inclusiva. E para oferecer educação de qualidade e justa a todos os alunos, incluindo disciplinas do PAEE, as escolas precisam capacitar, preparar, organizar, em suma, se adaptar.



Perante essas colocações, é imprescindível buscar caminhos para superar tais lacunas, de forma a educar de maneira inclusiva e com igual oportunidade a todos os alunos, tendo em vista o direito constitucional de garantir educação para todos. Vale lembrar que existem diversos marcos legais que amparam a educação especial.

Falar em inclusão remete à ideia de “todos” os alunos em salas de aula comum compartilhando do mesmo aprendizado, recebendo o mesmo conteúdo teórico. Aparecem os alunos com deficiência usufruindo de materiais pedagógicos adaptados, contando com o apoio dos colegas e dos profissionais que os rodeiam professores e docentes especializados. Contudo, a realidade é bem diferente e precisa ser enfrentada.

A possibilidade de se ensinar todos os alunos, sem discriminações e sem práticas do ensino especializado, deriva de uma reestruturação do projeto pedagógico-escolar como um todo e das reformulações que esse projeto exige da escola, para que esta se ajuste a novos parâmetros de ação educativa (MATOAN, 2003, p. 64).

Para Prieto (2006), uma das tarefas para tornar a educação um espaço de aprendizagem e direito de todos é identificar, constantemente, as intervenções e ações desencadeadas e/ou aprimoradas, isso acontece ao pensar em propostas pedagógicas, processos avaliativos, formas de trabalho, metodologia aplicada e interação entre os atores envolvidos no processo.

Dentro do padrão ideal de inclusão, a relação entre professores regentes e professores especializados constitui um amplo diálogo, com troca de ideia e saberes. Entretanto, a realidade escolar vivenciada é uma prática que ainda não contempla a pluralidade de seus educandos, nem favorece esse diálogo entre os profissionais envolvidos no processo.

Como aponta Hermes (2006), a inclusão escolar pode ser entendida como uma prática que opera na condução da conduta de si e dos outros, a fim de promover a permanência e a participação constante dos sujeitos na escola e na sociedade inclusiva. Ressaltamos, então, a importância de pensar e promover a inclusão escolar como garantia de acesso, de permanência e aprendizagem e, nesse sentido, é preciso promover um trabalho colaborativo entre o professor regente e o professor de AEE, de forma a estabelecer uma relação de envolvimento entre os profissionais e os alunos com deficiência. Isso porque o professor regente é o docente designado a assumir a turma e o professor especializado, por ter uma especialização, é o responsável pelo Atendimento Educacional Especializado.



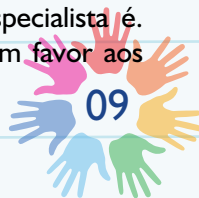
Documentos normativos publicados após e com base na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEI) de 2008, a qual foi um grande avanço pelo direito de uma educação inclusiva e de qualidade, entende educação especial como aquela ofertada não mais separadamente da escola regular, mas harmonizada, e foi proposta para ofertar recursos e serviços destinados a permitir a ampla aprendizagem do aluno público-alvo da educação especial na classe comum e por meio do AEE.

Essas normativas afirmam que o AEE tem a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade para eliminar barreiras e possibilitar a plena participação dos estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, conduzindo-as à autonomia e à independência dentro e fora da escola.

O Plano Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 é um documento muito importante no processo, está fundamentada na Política Nacional de Educação, e destaca as características do processo de integração educacional, baseando-se no pressuposto da educação especial e marcando o acesso à educação inclusiva.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 14).

É fundamental que os docentes da sala comum saibam como podem contar com o apoio do docente do AEE para melhorar a aprendizagem do aluno. Contudo, continua sendo um desafio o trabalho em conjunto, bem como construir uma escola inclusiva, pois os professores da sala comum, geralmente, pensam que ensinar os alunos com deficiência é somente responsabilidade do professor especialista é. Assim, é imprescindível pensar em como podem trabalhar juntos em favor aos alunos com deficiência, pensar em como incluir os alunos PAEE.



Nesse sentido, é mudar a prática pedagógica atual, buscar novos recursos e elaborar novas estratégias para envolver esses alunos nos contextos de aprendizagem, reforçando o significado e dando objetivo ao trabalho do AEE ao apoiar o trabalho do aluno na escola. Isso passa pelo diálogo, para que a escola tenha condições de protagonizar ações pedagógicas e, dessa forma, garantir o direito de aprender do aluno.

Nessa perspectiva, Borges afirma que “[...] uma escola inclusiva, também, é aquela que pensa de forma coletiva, que constrói suas possibilidades por meio de um processo educativo comum e participativo” (BORGES, 2020, p. 40). Por conseguinte, retorna-se ao ponto de que o AEE não pode ser feito somente nas salas de recursos multifuncionais, mas nas mais diversas atividades da escola, nos planejamentos, conselhos de classes, sala de aula comum, precisa ser pensado como ação pedagógica, como uma das possibilidades de viabilização e apropriação de conhecimento no contexto escolar.

O professor da sala comum é um elemento central para a melhoria da educação, por esse motivo, sua formação está no centro das discussões e um dos seus objetivos é transcender os principais problemas encontrados nas escolas, pois a inclusão dos alunos com deficiência exige práticas diferenciadas e conhecimentos sobre o processo inclusivo, sendo que essas exigências movimentam o âmbito educacional, por este motivo precisamos criar possibilidades de formação para que esses professores tenham capacidade de atender o PAEE.

Os professores preparados precisam de habilidades para compreender as necessidades educacionais específicas dos alunos e para tornar a ação pedagógica mais flexível para atender às suas necessidades específicas. Deste modo, as possibilidades de construção de conhecimentos sobre o processo de implementação da política de educação inclusiva, traçando caminhos para a sua adaptação e verdadeira implantação na prática escolar é uma ação coletiva, bem como a discussão de casos, a socialização das experiências exitosas no coletivo, podem ser uma ótima ferramenta e são formas de pensar ações que podem facilitar o processo de inclusão.

Nesta mesma direção de se preocupar com os processos de inclusão e exclusão, Hermes afirma que é “O momento para tratar da emergência desse serviço na escola inclusiva, especialmente, na formação continuada dos docentes” (2019, p. 70). Diante disso, reafirmamos que é preciso, como escola, promover momentos formativos que contemplem o professor regente e o professor de apoio, por meio de um amplo diálogo, com intercâmbio de ideias, aconselhamentos e trocas de ideias e saberes, visando uma prática escolar que favoreça a pluralidade de seus alunos de forma dialógica entre seus envolvidos.





FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

3. FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Nas últimas décadas houve grandes avanços e muitas mudanças no âmbito da inclusão, principalmente, com os documentos normativos publicados a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a própria normativa. A educação especial, anteriormente, era substitutiva da escola comum, ou seja, o aluno com deficiência tinha uma determinada escola/espço para ele, após a chegada de “todos” na escola, todos os grupos sociais, todas as pessoas tiveram direito, acesso e permanência a escola comum.

Com isso, educação especial deixou de ser substitutiva e passou a ser uma modalidade que apoia, que transversaliza, que colabora disponibilizando condições de aprendizagem para os alunos com deficiência. Ela apoia a educação escolar atendendo um grupo de alunos específico, pessoas com necessidades especiais (deficiência, transtorno global de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação), integra uma rede que propicia condições de permanência e de aprendizagem, envolvendo formação de professores, materiais pedagógicos fundamentais para apoio, bem como profissionais preparados como professores de AEE, cuidadores e intérpretes, para eles tenham condições equiparadas de aprender como o restante os alunos.

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminação nem espaços segregados de educação (MANTOAN, 2006, p. 23).

A partir do momento que um aluno com deficiência faz parte da escola, ele passa fazer parte de um todo, ele é aluno da escola, de uma sala de aula, ele está sob a responsabilidade de um grupo de professores e não só da educação especial, que está para trabalhar junto, para colaborar e para pensar junto e favorecer acessibilidade ao conhecimento.

Os conhecimentos sobre o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais não podem ser domínio apenas de alguns “especialistas”, e sim apropriados pelo maior número possível de profissionais da educação, idealmente por todos (PRIETO, 2006, p. 58).



Desse modo, a construção dos saberes docentes deve ser voltada para uma formação fundamentada no trabalho com a diversidade e equidade, em uma perspectiva inclusiva, e a equipe escolar precisa criar espaços educacionais que sejam adequados a todos os alunos, considerando suas peculiaridades, tempos de aprendizagem e pluralidade, visando estimular seu desenvolvimento. É relevante, portanto, a escola refletir sobre sua proposta pedagógica e buscar meios de aperfeiçoá-la, de forma a proporcionar uma educação inclusiva, uma vez que incluir é oportunizar que todos participem e que tenham igualdade de oportunidades.

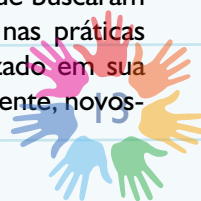
Essas premissas m estão na perspectiva dos estudos de Mantoan (2003, p. 89) no qual nos inspiramos para esta proposta formativa.

O sucesso dessa proposta de formação nas escolas aponta como indicadores: o reconhecimento e a valorização das diferenças, como elemento enriquecedor do processo de ensino—aprendizagem; professores conscientes do modo como atuam, para promover a aprendizagem de todos os alunos; cooperação entre os implicados no processo educativo, dentro e fora da escola; valorização do processo sobre o produto da aprendizagem; e enfoques curriculares, metodológicos e estratégias pedagógicas que possibilitam a construção coletiva do conhecimento.

Assim, é fundamental estabelecer diálogos que relacionem a teoria aprendida pelo professor da sala de recursos nos processos formativos e a prática educacional desenvolvida pelo professor da classe comum. Para tanto, apresentamos uma proposta de formação continuada, na qual se pretende discutir a ideia de uma inclusão escolar possível e concreta.

A experiência formativa, de acordo com Santos (2007, p. 20), “[...] não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo de produção de conhecimento. Não necessitamos de alternativas, necessitamos é de um pensamento alternativo às alternativas”. Cabe pontuar que valorizar a escola como o lócus da formação contínua e tendo como base as dificuldades, as lacunas, as possibilidades apontadas pelos professores e demais sujeitos envolvidos é início da construção coletiva de processos formativos.

Nas palavras de Freire (1996, p. 39), “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. Nesse contexto, pensa-se em ações de formação que buscam contribuir para refletir, (re)inventar e avaliar seus saberes-fazeres nas práticas pedagógicas, na interação com o atendimento educacional especializado em sua pluralidade e em possibilidades de ação. E também buscam, coletivamente, novos-



outros caminhos possíveis, promovendo nos participantes distintas maneiras de lidar com os conhecimentos acerca do tema pesquisado por este estudo.

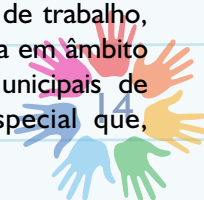
Se um aluno não vai bem, seja ele uma pessoa com ou sem deficiência, o problema precisa ser analisado com relação ao ensino que está sendo ministrado para todos os demais da turma. Ele é um indicador importante da qualidade do trabalho pedagógico, porque o fato de a maioria dos alunos estar se saindo bem não significa que o ensino ministrado atenda às necessidades e possibilidades de todos (MATOAN, 2003, p. 87).

A formação continuada de professores nessa perspectiva da educação inclusiva tem como base a interação entre os docentes ativos diretamente no processo de escolarização dos discentes, pois é por meio dessas interações que os sujeitos envolvidos nesse processo poderão, com o outro, compreender, aprender, inferir e adquirir novos conhecimentos e percepções, pois como afirma Freire, [...] a gente se faz educador, a gente se forma como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática (1991, p. 58).

Esta proposta de formação continuada em serviço fundamenta-se em Mantoan: “Uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional” (2003, p. 81). É o que se pretende, motivar os docentes para que a escola não seja mais a mesma, porém construir uma escola para todos, sem distinção.

E nesse designer citado por Mantoan é que foi pensado o modelo de formação proposto, isto é, de forma operacional e prático, ofertado de forma colaborativa, participativa, visando um aprendizado fundamentado na prática do professor, visando provocar um olhar crítico e reflexivo sobre suas práticas, e (re)significá-las. Um dos objetivos da formação é legitimar ou questionar, continuamente, o conhecimento colocado em prática, ou seja, tornar o professor ativo e reflexivo nesse processo, que não aceita passivamente os conhecimentos teórico-práticos engessados por um percurso longitudinal.

Este produto educacional como formação continuada em serviço destina-se aos docentes de qualquer modalidade educacional, pois está focado no ideal inclusivo, com metodologias reflexivas das práticas do “chão da escola”. Portanto, esta construção poderá ser útil tanto para a formação em contexto de trabalho, tendo como agente formador a equipe gestora ou técnica pedagógica em âmbito escolar, quanto por formadores de professores de Secretarias Municipais de Educação ou, ainda, por docentes que atuam na Educação Especial que,



colaborativamente, trabalham com os demais profissionais e estão preparados para atuar nessa área.

Nesse contexto, os processos de formação propostos na pesquisa de mestrado podem ocorrer de diversas formas e por meio de variadas vivências, em momentos de planejamento com os professores regentes de classe comuns e docentes da Educação Especial, reuniões com a equipe técnico-pedagógica, dias de estudo com as professoras especializadas, momentos de formação previstos em calendário escolar, encontros de formação com as famílias dos estudantes, ações de aprimoramento da rede, promovendo workshops e oficinas, ações educativas propostas pelas escolas em seus projetos político-pedagógicos.

Nesse sentido, Prieto (2006, p. 56) considera que: “A formação de profissionais da educação é tema de destacado valor quando a perspectiva do sistema de ensino é garantir a matrícula de todos os alunos no ensino regular, particularmente na classe comum”. Dessa forma, vale destacar que para a permanência do aluno com deficiência na escola regular é preciso ofertar formação para todos os profissionais da educação que atuam no desenvolvimento de práticas educacionais em inclusão.

Diante disso, por meio da presente proposta de formação continuada, pretendemos discutir a concepção da perspectiva da educação inclusiva, visando flexibilizar o currículo, novas ideias sobre aprendizagem, novas e adequadas didáticas, diferentes modos de olhar a todos. E também discutir a concepção deles referente à função social da escola e dos professores, para que compreendam e utilizem o atendimento educacional especializado como ação pedagógica em Educação Especial.

Para isso, é fundamental refletir acerca da diferença sob outro ponto de vista, não como um empecilho ou dificuldade, mas como uma potência da existência que nos desafia a criar estratégias para que os alunos público-alvo da Educação Especial tenham acesso à aprendizagem de maneira a equilibrar os pressupostos da igualdade e da diferença, ou seja, de forma igualitária e condizente com suas necessidades.

Nesse sentido, a ideia é adequar as práticas pedagógicas dos professores da sala de recursos, direcionadas às pessoas com deficiência, às práticas de toda a equipe escolar, com o intento de formar escolas inclusivas, por meio da capacidade adquirida pelos professores para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos PAEE. Além de responder e ultrapassar as necessidades sociais e históricas, superando a discriminação, a exclusão, bem como promover a aplicando novas práticas de ensino e transformando-as em ações educacionais, sendo portador da mudança social que concretiza a equidade, a dignidade e a cidadania.





04

PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

4. PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Esta proposta de formação continuada em serviço foi elaborada com base no estudo realizado na pesquisa de mestrado e contemplará situações observadas na análise da pesquisa, cujo foco principal é a educação inclusiva, por meio de momento de estudos, reflexão de seus saberes-fazeres nas práticas pedagógicas e na interação com o atendimento educacional especializado. Objetiva propiciar ao docente a vivência de propostas de ensino, na condição de estudante, para ampliar seu repertório de conhecimentos teóricos e práticos, podendo alcançar a elaboração de práticas.

A essência da aprendizagem é que, para ensinar ou aprender, é preciso ativar a rede cognitiva (o que aprender?), a estratégica (como?) e a emocional (por quê e para quê?). Essa abordagem reflete um modelo prático projetado para aumentar as oportunidades de aprendizagem de cada aluno, baseado em planos de ensino contínuo, no uso de metodologias diversificadas com mídias digitais e planejamento, somado à rede de apoio especializada.

Nesse sentido, a participação de todos os atores educacionais é fundamental para identificar e romper barreiras que inviabilizam o trabalho colaborativo no ambiente escolar, ferramenta importante para o progresso do trabalho pedagógico. Isso requer parceria e flexibilização. Assim, essa ação não se resume aos docentes, mas abrange os demais profissionais e requer apoio das famílias dos estudantes e das ações integradas ao todo.

Uma escola que atua na perspectiva da educação inclusiva reflete sobre o outro, pergunta o porquê o aluno está aprendendo isso, onde ele utilizará na sociedade, como esse conhecimento criará outras possibilidades de vida, abrindo caminhos, como afirma Freire (2005, p. 45), “[...] tem que ver com: que conteúdos ensinar, a quem, a favor de quê, de quem, contra quê, contra quem, como ensinar. Tem que ver com quem decide sobre que conteúdos ensinar”.

Corroborando com essa ideia, para Hermes (2019, p.22), “A escola regular deve ser o lugar de aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos da Educação Especial, independente dos graus de comprometimento dos alunos que sempre terão à disposição o AEE”.

Em suma, esta formação organizar-se-á em encontros propostos no planejamento ou em momentos de estudo definidos pela instituição, que poderão



acontecer mensalmente ou semestralmente. Sendo assim, o projeto de formação proposto neste material pode ser aplicado da seguinte forma:

EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E CAPACITAÇÃO

Neste momento, entendido como o ponto de partida do processo pedagógico, será apresentado aos professores o objetivo principal da formação, sendo este: “Proporcionar práticas inclusivas na escola que vá ao encontro das reais necessidades de escolarização, com foco em conhecimentos pedagógicos e de acessibilidade para eliminar barreiras, proporcionando a plena participação dos estudantes PAEE”. Deve ser ressaltada a importância da interação e a troca de experiências durante os encontros.

Dessa forma, devem trazer para a capacitação todas as vivências e experiências que já têm sobre o conteúdo a ser abordado, podendo ser desenvolvido da seguinte maneira: inicialmente, é importante que o formador apresente a proposta formativa aos professores, sendo este um momento de conquista e de aproximação, em seguida; exibir vídeo motivacional correlacionado à temática. Após esse momento, o formador poderá instigar com perguntas orientadoras os docentes acerca do tema abordado, para que comecem a analisar o próprio conhecimento sobre a temática e suas práticas.

Essa dinâmica objetiva conhecer um pouco mais cada professor, suas crenças, anseios, dificuldades, necessidades, a sua relação com a perspectiva inclusiva e acerca do processo formativo a ser vivenciado. Esse instrumento servirá como base para planejar as outras ações da formação.

O segundo ponto abordado refere-se ao momento de questionar o tema em estudo, como também de preparar o professor para a próxima etapa, a operacionalização para a construção e a elaboração de conceitos científicos. O processo de problematização se estabelece no decorrer do primeiro momento de formação proposto, pois o processo de problematização acontece quando os docentes refletem suas experiências com exatidão.

Essa é uma das fases cruciais do processo, pois é o elemento-chave da transição entre a teoria e a prática, ou seja, entre as atividades rotineiras e a cultura constituída, é quando se começa a trabalhar com conteúdo sistematizado, momento em que a prática é questionada, analisada e interrogada.



Para garantir o sucesso da formação, a equipe e, principalmente, o formador deve estar sempre atento aos seguintes pontos:

O envolvimento e a dedicação de toda a equipe pedagógica são essenciais, sobretudo do profissional da sala de recursos. Ele sabe melhor do que ninguém a realidade de cada estudante com deficiência.

O tempo estipulado para ambas as etapas será definido pela equipe, de acordo com o desenvolvimento do grupo.

Para que a escola tenha uma proposta educativa inclusiva, a formação deve perpassar por todos os turnos e envolver todos os professores de todos os componentes curriculares, além da equipe gestora da escola.

O cenário ideal seria organizar uma rotina de planejamento coletivo, de forma que todos estejam presentes, em que, na 1ª etapa, o grupo faria os estudos para se apropriar da metodologia e, posteriormente, na 2ª etapa, guiados pelo professor da educação especial, o grupo passaria a produzir/elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual ou uma atividade e avaliação, para serem trabalhadas na perspectiva inclusiva. Contudo, considerando o cotidiano da escola, essa sugestão pode ser adaptada, de acordo com a realidade escolar, desde que haja uma rotina estabelecida.

CONHECIMENTO PARA FORMAÇÃO

Esta etapa de formação tem como base a reflexão sobre a prática e a leitura dos professores e discussão de textos com foco na prática pedagógica. Textos que possam estimular reflexões e pesquisas acerca de sua própria prática, de se tornar professor reflexivo e que sustentam a prática docente. É nesse momento, com auxílio do formador docente, que o conteúdo teórico é colocado à disposição para a aprendizagem do conhecimento científico, ao se apropriar do conhecimento social e historicamente produzido.

Ainda, pode-se fazer uma breve exposição teórica sobre o conceito de inclusão e apresentar as principais leis, com trechos de textos bases, como: “Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?” (MANTOAN, 2003), “A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para inclusão escolar” (PLETSCH; SOUZA; ORLEANS, 2017), e “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008). Podem ser abordadas com pontos de reflexão envolvendo as práticas educativas atuais e a importância da docência compartilhada.

CONCRETIZAÇÃO PRÁTICA

Este passo, o da instrumentalização, é mediado pelos recursos pedagógicos, pelas Tecnologias Digitais I e pelo Trabalho colaborativo. Essa instrumentalização de ocorrer de forma integrada, teoria e prática. Assim, na sequência de atividades, de forma sistemática, os docentes podem ser convidados pela professora de AEE a conhecer as individualidades dos alunos especiais e o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Dessa forma, é possível que os docentes trabalhando em conjunto construam o Plano de Desenvolvimento Individual ou atividade e avaliação para os alunos PAEE da escola.

Com esse conhecimento, algumas dúvidas podem ser surgir, serem colocadas em discussão e pesquisadas em seguida na internet em sites previamente selecionados pelo formador, em busca de respostas. Após a pesquisa e a consolidação do conceito, os professores precisam elaborar o documento sugerido.

Nesse momento, os professores praticam e exercitam os conhecimentos que aprenderam na formação, é o momento em que os alunos serão expostos à integração cotidiana, do científico, teoria e prática. É o momento em que deve acontecer a sistematização da aprendizagem, mas a aprendizagem não ocorre apenas nessa fase, mas também a cada nova ação de professores e alunos. Também é o momento em que os docentes colocarão em prática o que aprenderam nas etapas anteriores por meio da elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual, aulas inclusivas, metodologia diferenciada ou outro produto que fica a critério do formador desenvolver com os seus formandos.

SISTEMATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Nesta etapa do processo formativo, os professores em formação podem ser convidados a escreverem ou narrarem à experiência formativa e reflexiva, narrando suas aprendizagens, afetos e desafetos, angustias, desejos e as contribuições que aquele processo formativo proporcionou.

É o momento do curso de formação continuada em serviço que o professor demonstra o conhecimento adquirido, que o ajuda a se modificar intelectual e qualitativamente em relação aos pressupostos teórico-práticos vivenciados durante as ações de formação. Nessa perspectiva, com a finalidade de compreender a perspectiva inclusiva e novas/outras ideias sobre as práticas pedagógicas inclusivas em colaboração com os professores especializados, o último momento da formação pode ser relacionado com a socialização ou o compartilhamento.



Por fim, é nesse momento que os docentes podem socializar seus planos de educação inclusiva com base nos conhecimentos que aprenderam durante o processo de formação, relatar a experiência de formação que adquiriram e as mudanças que fizeram em suas práticas de ensino, bem como o conhecimento adquirido, as contribuições fornecidas e outros conceitos estabelecidos por meio de treinamento contínuo no trabalho.





CONCRETIZAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA

5. CONCRETIZAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA



A sequência de atividades para o momento formativo foi inspirada em uma oficina ou workshops, sendo propostas duas sugestões de formação continuada em serviço.

PRIMEIRA SUGESTÃO DE FORMAÇÃO







1º Momento



Explicar para o grupo docente o objetivo principal da formação, ressaltando a importância da interação durante o encontro e a troca de experiências que haverá, sendo este: “Proporcionar práticas inclusivas na escola que vá ao encontro das reais necessidades de escolarização, com foco nos conhecimentos pedagógicos e de acessibilidade para eliminar barreiras, proporcionando a plena participação dos estudantes PAEE”. Para iniciar com o tema é sugerido começar com o vídeo “INCLUSÃO X INTEGRAÇÃO”.

Explicar que será solicitado a elaboração colaborativamente com o docente especializado do PDI.

E no próximo passo fazer as perguntas orientadoras sugestivas:

-  Qual a importância dessa proposta formativa para a educação inclusiva?
-  O que a equipe escolar pretende alcançar com esses momentos de estudo?
-  Quais os impactos que essa abordagem metodológica pode causar na escola em relação ao cenário atual?
-  Quais os impactos da proposta sobre a comunidade escolar externa à escola?

Apresentação do vídeo: “Cordas” ou “Os olhos do pianista”.

Diálogo: Como professor, o que posso fazer para garantir a participação e a aprendizagem de todos os estudantes que estão na minha sala de aula?



2º Momento

Iniciar a leitura dos textos bases:

“Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?” (MANTOAN, 2003)

“Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008).

Reflexão sobre a prática: discutir, levando-os a meditar e relacionar suas práticas a partir da acessibilidade, docência compartilhada, AEE, apresentar novas condutas educativas que visam atender os alunos PAEE.

3º Momento

Este momento dará início ao planejamento colaborativo com o(a) docente da Educação Especial ou o pedagógico, será apresentado aos professores o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e o documento de identificação do aluno.

Na sequência, em forma de oficina, poderá ser realizada a elaboração prática do PDI por grupo de professores para determinado aluno que eles têm em sala de aula. Provavelmente, o tempo não será suficiente para terminarem do documento, podendo ser dado um prazo para elaborá-lo, lembrando que os docentes precisarão de acompanhamento individualizado para isso.

Primeiro passo para uma aula inclusiva é ter um planejamento colaborativo, dando atenção para o benefício e para atender às necessidades de cada aluno, considerando e pensando em diversas formas metodológicas para apresentar as aulas e explorar o currículo, tornando-o acessível a todos, garantindo o objetivo da inclusão, ou seja, que todos os discentes tenham as mesmas condições de socialização e desenvolvimento de habilidades cognitivas e competências socioemocionais.

Ao desenvolver estratégias educacionais inclusivas, a escola também incentiva a reflexão sobre a importância de respeitar a diversidade, o que reflete na estruturação de uma sociedade mais justa com equidade.

Portanto, a escola deve considerar as necessidades individuais e adaptar sua organização, de acordo com os limites dos alunos, tanto motor quanto mental, levando em consideração a individualidade e respeitando o ritmo de conhecimento, a condição emocional e as gerais de aprendizagem.



Nesse contexto, o PDI é um agrupamento de estratégias pedagógicas elaboradas para atender às necessidades dos alunos com deficiência, podendo ser utilizado também por aqueles com dificuldade de aprendizagem, incapacidade específica como dislexia, dislalia e TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade). Esse instrumento é uma ferramenta indispensável para estratégias pedagógicas, pois orienta os professores sobre como lidar com alunos que possuem diferentes necessidades educacionais, valorizando a individualidade de cada um.

4º Momento

Nesta etapa final de sistematização do conhecimento, os cursistas farão seus apontamentos sobre a formação, sobre o conhecimento adquirido, pontos positivos e negativos da proposta, visando sempre buscar o melhor, também será o momento em que eles farão a exposição do aprendizado adquirido e de sua experiência formativa, deixando-os a vontade para interagir e narrar.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO

O processo avaliativo será feito ao longo do desenvolvimento da proposta, por meio da troca de experiências, sempre realizada pelo professor da sala de recursos ou o pedagógico, e os demais docentes terão a oportunidade de expressar suas opiniões e esclarecer dúvidas.

SEGUNDA SUGESTÃO DE FORMAÇÃO





1º Momento

Explicar para o grupo docente o objetivo principal da formação, ressaltando aos cursistas a importância da interação durante o encontro e a troca de experiências, sendo este: “Proporcionar práticas inclusivas na escola que vá ao encontro das reais necessidades de escolarização, com foco nos conhecimentos pedagógicos e de acessibilidade para eliminar barreiras, proporcionando a plena participação dos estudantes PAEE”. Para iniciar com o tema é sugerido começar com o vídeo “INCLUSÃO X INTEGRAÇÃO”.

Explicar que será solicitado uma elaboração colaborativamente com o docente especializado de atividades e avaliação na perspectiva inclusiva.



No próximo passo, fazer as perguntas orientadoras sugestivas:




-  Qual a importância dessa proposta formativa para educação inclusiva?
-  O que a equipe escolar pretende alcançar com esses momentos de estudo?
-  Quais os impactos que essa abordagem metodológica pode causar na escola em relação ao cenário atual?
-  Quais os impactos da proposta sobre a comunidade escolar externa à escola?

Apresentação do vídeo: “As cores das flores”, “Somos Todos Iguais - Inclusão Social” ou “Dislexia”.

Diálogo: Como professor, o que posso fazer para garantir a participação e a aprendizagem de todos os estudantes que estão na minha sala de aula? O vídeo “As cores das flores” e “Dislexia” permite refletir sobre a prática cotidiana considerando a questão da permanência e da aprendizagem, o planejamento e a avaliação da atividade, entre outras informações expostas no vídeo.

2º Momento

Iniciar a leitura dos textos bases:

-  “Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?” (MANTOAN, 2003).
-  “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008).
-  “A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para inclusão escolar” (PLETSCH; SOUZA; ORLEANS, 2017).

Reflexão sobre a prática: discutir, levando-os a meditar e a relacionar suas práticas a partir da acessibilidade, docência compartilhada, AEE; apresentar novas condutas educativas que visam atender os alunos PAEE e atividades baseadas no desenho universal na aprendizagem (DUA) com planejamento colaborativo.

3º Momento

Neste momento começará o planejamento colaborativo com o(a) docente da Educação Especial ou o pedagógico, será apresentado aos professores o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e o documento de identificação do aluno.



Logo após, em forma de oficina poderá ser realizado por grupo de professores ou individual a elaboração prática de planejamento, atividades ou avaliação na perspectiva inclusiva. Para a prática de planejamento e de como aplicar o DUA na atividade ou avaliação, os docentes precisarão do acompanhamento individualizado e de exemplos para confecção do mesmo.

Primeiro passo para uma aula inclusiva é ter um planejamento colaborativo, dando atenção para o benefício e para atender às necessidades de cada aluno, considerando e pensando em diversas formas metodológicas para apresentar as aulas e explorar o currículo, tornando-o acessível a todos, garantindo o objetivo da inclusão, ou seja, que todos os discentes tenham as mesmas condições de socialização e desenvolvimento de habilidades cognitivas e competências socioemocionais.

Ao desenvolver estratégias educacionais inclusivas, a escola também incentiva a reflexão sobre a necessidade de respeitar a diversidade, o que reflete na estruturação de uma sociedade mais justa com equidade.

Portanto, a escola deve considerar as necessidades individuais e adaptar sua organização, de acordo com os limites dos alunos, tanto motor quanto mental, levando em consideração a individualidade, respeitando o ritmo de conhecimento, a condição emocional e as gerais de aprendizagem.

Orientação para planejamento e atividade/avaliação inclusiva:



Procure sempre conhecer os alunos e suas necessidades



Compreenda as necessidades e as habilidades da classe para delinear métodos que possam facilitar o aprendizado.



Seja claro sobre o que você deseja alcançar com a aula e pense como ensinar.



Questione-se se o conteúdo está sendo ofertado de maneiras diferentes? Os alunos têm a oportunidade de expressar seu aprendizado de maneiras diferentes? Que estratégias motivaram a participação nas aulas? Como irei avaliar o aprendizado?




Ensinar de formas diferentes, ouvir e envolver os alunos são as primícias metodológicas inclusivas.

Para melhorar o aprendizado, o aluno precisa ter diferentes exposições da




a temática, portanto, tente ensinar o conteúdo de maneiras diferentes.

 Motive os discentes a expressarem o que aprenderam, a fim de entender o que é e como estão aprendendo.

 Visando a aprendizagem, os alunos devem compreender a relevância de receber tal conhecimento. Para tanto, o docente deve encontrar meios de motivar e envolver os alunos para a aprendizagem.

 Faça uma avaliação que respeite o tempo de aprendizagem individual; avaliar pontos positivos e negativos construtivos.

 Aceitar a variedade de elementos no processo de construção do conhecimento pelos alunos, combinando ferramentas de avaliação e recursos que melhor atendem suas necessidades.

4º Momento

Nesta etapa final de sistematização do conhecimento, os cursistas deverão registrar seus apontamentos sobre a formação, sobre o conhecimento adquirido, os pontos positivos e negativos da proposta, visando sempre melhorar. Também será o momento em que eles irão expor o aprendizado adquirido e sua experiência formativa pessoal, com total liberdade para interagir e narrar.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO

O processo avaliativo ocorrerá ao longo de todo processo formativo, por meio da troca de experiências, sempre realizada pelo professor na sala de recursos ou pedagógico, e os demais docentes terão a oportunidade de expressar suas opiniões e esclarecer dúvidas.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento do produto, procuramos organizar propostas que respondessem às necessidades dos professores pesquisados, pois em momentos de reflexão e construção do planejamento é possível contribuir e auxiliar em áreas difíceis, bem como auxiliar no desenvolvimento de um ensino direcionado para prática pedagógica na perspectiva inclusiva, com base na aprendizagem construtiva e colaborativa.

Pensar em uma proposta de formação significa dar importância aos conhecimentos dos professores cursistas já têm sobre a prática docente. Contudo, é importante entender suas ansiedades, necessidades, dificuldades, expectativas. Portanto, a formação continuada em serviço deve ser planejada para ser desenvolvida de forma colaborativa e participativa entre os profissionais envolvidos no processo inclusivo. Dessa forma, todos devem ser valorizados e respeitados como indivíduos importantes que fazem parte do processo de escolarização inclusivo.

Assim, o principal desafio docente é buscar a concretização de seu trabalho, consolidando o currículo a forma como idealizam suas aulas e suas práticas pedagógicas.

Nesse sentido, enfatiza-se a necessidade de vincular o processo de ensino inclusivo a elementos pedagógicos que favoreçam a interação dos saberes, para que os docentes ampliem os conhecimentos necessários e a prática pedagógica se baseie na aprendizagem com uma construção efetiva do conhecimento para todos os educandos, que foi pesquisado durante o desenvolvimento deste produto final.

Em resumo, a autora deste produto educacional encontra-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.



A cluster of colorful hands in various colors (red, orange, yellow, green, blue, purple, pink) arranged in a circular pattern, with the number '07' overlaid in white.

07 REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ANTUNES, H. S.; RECH, A. J. D.; ÁVILA, C. C. Educação inclusiva e formação de professores: desafios e perspectivas a partir do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Publicação na revista Práxis Educativa. Vol. 11, nº 1, janeiro/abril 2016. ISSN 1809 - 4309. 2016. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/8162/4762>.

Acesso em: 20 maio 2020.

BORGES, C.S. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIAZADO Na escola comum como ação pedagógica favorecedora da educação inclusiva. Curitiba: Appris, 2020.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 07 de janeiro de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva05122014&Itemid=30192. Acesso em: 22 jul. 2019.

FREIRE, P. A educação na cidade. São Paulo: Cortez, 1991. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ipf/20130619042331/Freire.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=17338. Acesso em: 22 ago. 2021.

FREIRE, P. Conscientização, teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Editora Centauro, 2005. Disponível em: https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/Paulo%20Freire%20-%20Conscientiza%C3%A7%C3%A3o_pp.5-19.pdf. Acesso em: 06 set. 2021.



HERMES, Simoni Timm. Educação especial & educação inclusiva: a emergência da docência inclusiva na escola contemporânea. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/13371/TES_PPGEDUCACAO_2017_HERMES_SIMONI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 12 de agosto 2020.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

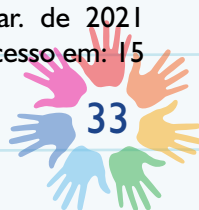
MANTOAN, M.T.E; PRIETO, R.G. ARANTES, Valéria Amorim (org). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

PLETSCH, M. D.; SOUZA, F. F. DE; ORLEANS; L. F. A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para a inclusão escolar. Revista Educação e Cultura Contemporânea, Vol. 14, Nº 35, p. 264-281, 2017. Universidade Estácio de Sá. Programa de Pós-graduação em Educação. Disponível em <https://library.org/document/q29jv8rz-universidade-estado-catarina-centro-ciencias-humanas-educacao-ensino.html>. Acesso em: 10 de setembro de 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/inov/producao/seminarios/democracia-e-universidade-na-america-latina-projetos-e-experiencias-emergentes/disciplina-na-pos-graduacao/capitulos-ii-e-iii-renovar-a-teoria-critica-e-reinventar-a-emancipacao-social>. Acesso em 19 de março 2021.

PROAZUL. INCLUSÃO X INTEGRAÇÃO. Youtube, 27 de nov. de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c5dVQQQFAEo>. Acesso em: 15 out. 2021.

BATISTA, Felipe. Cordas Dublado – Cuerdas. Youtube, 23 de mar. de 2021 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MF19PqxSnps>. Acesso em: 15 out. 2021.



armazemdeimagens. Os olhos do pianista. Youtube.
<<https://www.youtube.com/watch?v=4GGEwTISFsw>> Acesso em: 15 out. 2021.

Mil Palavras. Os Olhos do Pianista - audiodescrição Mil Palavras dublado. Youtube, 8 de mar. de 2012. <https://www.youtube.com/watch?v=y-j-lzR0YL8> Acesso em: 15 out. 2021.

Prefeitura de Barueri Oficial. Somos Todos Iguais - Inclusão Social. Youtube, 18 de ago. de 2017. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=MfeLDhy0uwQ>. Acesso em: 15 out. 2021.

jmarques2007. As cores das flores. Youtube. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=s6NNOeiQpPM> Acesso em: 15 out. 2021.

Lúmina UFRGS. As cores das flores – AD, Libras e Legendas. Youtube, 13 de set. de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XKJoVMZL6vk>. Acesso em: 15 out. 2021.

SOUZA, Pati. Dislexia - cena narrada. Youtube, 24 de mai. de 2017. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=YamaG0LebWQ&t=126s>. Acesso em: 15 out. 2021. educacional encontra-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.



SOBRE OS AUTORES



RITA MARIA FERNANDES LEAL MOREIRA

CACEMIRO Mestranda em Ciência, Tecnologia e Educação na linha de Educação Inclusiva, pela Faculdade Vale do Cricaré; Especialista em Educação Especial e Inclusiva; Especialista em Alfabetização e Letramento; Especialista em Gestão Educacional; graduada em Química e Pedagogia. Servidora Pública do Estado do Espírito Santo

e do Município de Vila Velha, investida no cargo de Docente atuante na Educação Especial – Deficiência Intelectual.



EDMAR REIS THIENGO Doutor em Educação, na linha de Educação e Linguagem Matemática, pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Mestre em Educação, na linha de pesquisa Educação Matemática, pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Graduado em Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Carangola e em Ciências pela Faculdade de Filosofia,

Ciências e Letras de Alegre. Professor titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), vinculado ao programa Educimat – Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática. Participa do Grupo de Pesquisas Educação, História e Diversidades (Ifes), desenvolvendo pesquisas na área da Educação e Diversidades, analisando e discutindo as políticas e práticas relacionadas aos discentes com necessidades educativas especiais, tais como: surdo, cego e deficiência visual, déficit de atenção, autista, altas habilidades, bem como às questões de gênero, raça, cultura, além de políticas



**PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA
PARA DOCENTES NA PERSPECTIVA
DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Rita Maria Fernandes Leal Moreira Cacemiro

Orientador: prof. Dr Edmar Reis Thiengo